

Relações de raça e discriminação no Brasil

Do muito que já se tem falado e do muito que já se tem escrito sobre relações de raça no Brasil, já se poderia dizer o assunto esgotado. Cronistas dos primeiros séculos ou viajantes que nos visitaram a partir dos começos do século XIX, cientistas estrangeiros e sábios nacionais não pouparam, e não têm poupado, oportunidade para falar no tema. E formou-se então a idéia, não raro combatida, e também não raro confirmada, de que é o Brasil um paraíso de relações raciais; um campo em que não há discriminações nem preconceitos; assunto — êste de relações raciais — que o País, desde o século XVI, tem visto desenrolar-se pacificamente, sem lutas nem segregações, sem conflitos nem guerras internas.

De fato, se bem tenha sido já tratado sob vários ângulos, desde a simples descrição etnográfica ou sociológica até os estudos científicos do mais alto nível, certo é que o problema das relações raciais apresenta particulares aspectos, encarado, no caso do Brasil, pelo ambiente que sempre existiu, no relacionamento entre os grupos étnicos que concorreram para a nossa formação humana. De modo que se torna tema sempre permanente, ou quase constante,

a que não pode ser estranho o especialista brasileiro. Sobretudo, o especialista em ciências sociais.

É de considerar que, em que pesem certos aspectos do problema, não há negar que o relacionamento racial no Brasil se tem feito harmônicamente, sem os conflitos agudos de outros países, nem com as discriminações ou segregações que procuram inferiorizar um dos grupos, constituindo, em geral, minoria. O que não exclui, sem dúvida, a necessidade de lembrarmos sempre a importância do assunto. Sendo tema velho e talvez já muito batido, tem, contudo, aspecto de sempre nôvo. É que representa uma oportunidade — o seu estudo — para avivar cada vez mais em nossa consciência quanto nos repugna — a nós, brasileiros — a discriminação racial, e quanto a nós, estudiosos ou estudantes das ciências do homem, nos alegra exaltar a unidade do gênero humano.

Se o problema das relações raciais é, de um lado, étnico, é também, de outro lado, político, cabe assinalar desde logo as responsabilidades das ciências sociais no seu estudo. Responsabilidades, sobretudo, pela contribuição que elas podem oferecer para firmar-se o diagnóstico do racismo, quando êle há, ou, pelo menos, o diagnóstico do estado dessas relações, quando se apresentam desajustamentos ou desequilíbrios. Mas é também responsabilidade das ciências sociais estudar e avaliar a política realizada, assinalando suas vantagens ou seus inconvenientes — culturais ou sociais, tendo em vista o respectivo ambiente ou sociedade — quando se traçam as diretrizes para combater a discriminação ou para orientar um melhor relacionamento entre grupos étnicos distintos que convivem, e não apenas vivem, em um mesmo ambiente.

No caso do Brasil, país socialmente mestiço, cadinho de grupos étnicos diferentes, seria inadmissível considerar-se a discriminação racial com um conceito válido. Com uma população formada de grupos socialmente distintos, poderíamos encontrar, em nossas raízes, formas de discriminação social; o que não poderia conceber-se seria a discriminação ou distinção quanto à cor da pele, quanto à origem racial, quanto às características puramente físicas.

Dentro do quadro de nossa formação, não passará despercebido ao estudioso ou estudante o que de experiências em relações de raça o País apresenta, seja em face dos primeiros contactos entre portugueses, indígenas e negros da África, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, seja através dos novos contactos que, a partir do século XIX, se estabeleceram entre brasileiros de diferentes graus de mestiçagem e estrangeiros entrados com a imigração, sobretudo alemães, italianos, sírios, poloneses e libaneses, e mais recentemente japoneses.

Estas experiências oferecem vários aspectos, revelando de um lado diferentes índices de assimilação cultural e, de outro lado, a existência de pluralismo étnico e cultural do Brasil moderno;

sobretudo do Brasil meridional para onde mais fortemente acorreram os grupos imigrados, aí se fixando em colônias ou distribuindo-se em núcleos urbanos, atraídos pelo processo industrial em desenvolvimento.

Se considerarmos o processo de imigração de europeus não portugueses, a partir do século XIX, e mais tarde o de asiáticos, verificaremos que êle completa o próprio processo de formação brasileira, desde o instante da descoberta ou, um pouco mais adiante, a partir do sistema de colonização iniciado na década de 1530-40. Todo êsse processo foi de relações entre grupos étnicos diferentes — um europeu, de raiz caucasóide, o português; outro americano, de origem mongolóide, o indígena; e, finalmente, outro africano, de tronco negróide, o negro escravo da África; variaram essas relações de intensidade segundo épocas ou áreas. E se êsses grupos eram diferentes entre si, em grande parte o eram também internamente, dadas as diversidades de tipos tanto racial como culturalmente de portugueses, de índios ou de africanos, que se encontraram no território brasileiro.

O indígena, dono da terra, estava em processo de mobilidade quando se deu a descoberta; e no período comumente chamado colonial, a luta contra o índio era justamente a luta contra o nômade, que não se fixava, e ao qual faltavam hábitos de sedentariedade e de fixação. Nesta contínua movimentação, claro que o índio não haveria de parar, estabilizando-se no processo agrário de ocupação do Brasil. Ao contrário, contribuiu onde era possível movimentar-se, no pastoreio, por exemplo, ou na abertura de caminhos ou na localização de minas. Faltava-lhe aquela predisposição cultural de vida sedentária ou estável, à qual aludiu Gilberto Freyre: houve da "parte dos americanos incapacidade antes social e técnica que psíquica e biológica". O nomadismo incapacitou-os para o trabalho agrícola regular.

Nas correntes migratórias de Portugal vindas para a formação do Brasil descem portugueses do norte, do sul, do centro do território metropolitano; no Nordeste, sabe-se, foram em grande número os imigrados de Viana, isto é, do norte português. Muito louro, de olhos azuis, alto, do Norte veio juntar-se a moreno, baixo, entroncado, vindo do Sul; aquêle trazia as marcas de sua origem sueva, êste, os traços de sua procedência árabe. Uns vinham para a tarefa agrária, outros pelo espírito de aventura, outros ainda forçados pelas leis severas de Sua Majestade. Imigrantes de todos os tipos os que nos chegaram de Portugal: fidalgos, militares, degredados, criminosos, sacerdotes, colonos artesãos, lavradores. Gente variada não raro os de boa cêpa que pela sua influência iam absorvendo a semente ruim.

E entre os portugueses, além dos metropolitanos, tivemos ainda os que vieram das ilhas, através de correntes mais ou menos dirigidas

de ilhéus: os madeirenses e os açorianos, principalmente. São os casais, cujas marcas ficaram sensíveis em áreas do extremo sul e do extremo norte, tanto no Pará como em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Pôrto Alegre de hoje foi o Pôrto dos Casais do século XVIII; de casais açorianos originaram-se povoações catarinenses, bem como no Macapá, no Guamá e em Caeté, na Amazônia.

As exigências da lavoura sedentária, de serviços domésticos, de necessidades de recado ou de mando, levaram aos caminhos de outra imigração, que era a do que foi chamado o "braço" para as atividades da terra: a do negro escravo. Já acostumado ao trabalho do mouro, que lhe foi os pés e as mãos, o português passou depois a usar o negro da África nessas mesmas tarefas serviços que haviam criado o sistema escravagista em Portugal. E o negro africano veio em grandes levas, engrossando a população brasileira, sobretudo a destinada aos trabalhos braçais na lavoura, à extração dos minerais, ao plantio e colheita de algodão, aos recados domésticos, às compras das sinhás, aos carregamentos de água, à agricultura de café, enfim a tôdas as necessidades que o negro passou a atender. Imigrante forçado, trazido da África, o negro escravo se integrou na população brasileira, participando do processo de formação tanto racial como cultural.

Deve salientar-se, de outro lado, a variedade de relações segundo as épocas e as regiões. Houve períodos de maior mestiçagem entre brancos e índios; em outros, a de branco e negro; ainda em outros, a de negro e índio; e isto sem esquecer os cruzamentos secundários, que foram contínuos. Também variaram os encontros étnicos segundo as regiões: no extremo norte como no extremo sul, brancos e índios se amalgamaram mais intensamente, o que, nos começos da época da mineração, também se verificou no centro e, sobretudo, no oeste; no litoral agrário, como na fase de estabilização da mineração e, posteriormente na zona do café, os cruzamentos entre branco e negro foram os preponderantes sem esquecer existirem marcas desta mestiçagem em outras partes, pois o negro escravo espalhava-se por tôdas as regiões.

Não há esconder a intensidade com que se desenvolveram, nos três primeiros séculos, as relações entre os três grupos étnicos fundamentais na formação brasileira; daí o surgimento de vários tipos de mestiço, numa diversidade de graus de mestiçagem correspondente à maior ou menor influência de um dos elementos. O tipo físico jamais serviu de obstáculos para as relações entre lusitanos e indígenas, e entre lusitanos ou mestiços; ou entre negros e índios. Nenhum obstáculo se levantou contra as relações raciais, e por isso mesmo o surgimento de um quadro de variadas nuances físicas na população brasileira se tornou natural.

O mulato e o mameluco constituíram-se os principais tipos de mestiços brasileiros, aquêles oriundo das relações entre branco e

negro, êste decorrente das relações entre branco e índio. Esta caracterização, entretanto, não exclui a existência de outros tipos, de acôrdo com a gradação verificada em contactos entre os tipos originários e os resultantes dos primitivos cruzamentos, e entre êsses cruzamentos secundários daí surgidos.

O mameluco, pode-se dizer, foi o primeiro mestiço brasileiro. O português aqui chegando, solteiro ou deixando a espôsa em Portugal, entrou logo em relações com a mulher indígena; começa então a mestiçagem. Em 1551 uma carta do Padre Antônio Pires S. J. nos dá a primeira formação do tipo do mameluco; descreve-o o S. J. como alto e forte, sendo muitos os que andavam pelos sertões. Sertões que não eram, aliás, tão distantes, pois naquele momento a ocupação era litorânea, sem penetração maior. É curioso observar que nos começos do século XIX, Koster descreve o mameluco com as mesmas palavras do jesuíta de 1551.

Do mulato, talvez pela presença, em sua ascendência, do elemento escravo, nem sempre há descrições boas ou interessantes. De modo geral, filho de escrava, a posição social levaria a não dar ao mulato a mesma atenção ou o mesmo interesse, como tipo étnico, dado ao mameluco. Contudo, é importante sua participação na vida brasileira nos primeiros tempos. Da mesma forma o que acontece com outros mestiços.

O cafuso, também chamado curiboca, é o mestiço de negro e índio, da mesma forma que o cabra é o mestiço de mulato e negro. Ao descendente de cruzamentos secundários entre os diferentes mestiços é dado o nome de pardo, nêle vigorando uma pigmentação morena ou tendendo a escura.

Ao lado dêsses tipos principais mas generalizados, podemos ainda arrolar uma variada gama de denominações regionais que indicam, principalmente, as peculiaridades do processo de mestiçagem em cada região do País. Encontra-se, por isso, uma sinonímia ou mesmo uma nova série de expressões muito variadas: tapuia, como descendente de branco e índio que é na Amazônia chamado curiboca; caboré, o mestiço de índio e negro; cabo-verde, o mesmo mestiço na Bahia; fula, os mestiços de negros e mulatos na Bahia, Minas, Alagoas; ou pardavascos, em Goiás, Estados do Sul, ou cabrochas, em outras regiões. Algumas expressões mais antigas desapareceram completamente: o banda-fôrta, mestiço de branco com negra escrava; ou o salta-atrás, filho de mameluco e negro.

Foi êste quadro — o resultado das relações inter-étnicas dos três grupos fundamentais — que, a partir do século XIX, a presença do imigrante veio alterar, senão inteiramente, ao menos em parte. A êsse contexto poder-se-ia chamar monótono, não fôssem as variações regionais, decorrentes aqui do predomínio absoluto do português, ali da adaptação aos valores indígenas, acolá da aceitação

de elementos africanos. Com o imigrante são novas influências que surgem; e com elas se vão espalhando novos elementos étnicos. Sobretudo no Sul para onde se dirigem mais acentuadamente as preferências da corrente imigratória. Daí o aparecimento de diferenciações mais sensíveis dentro daquela variedade regional, manifestada no Sul, com o enriquecimento do panorama pela contribuição oriunda de grupos europeus, mas não portugueses, como os alemães, os espanhóis, os italianos, os suíços, os poloneses, os russos; e mais tarde, dos não-europeus, embora europeizados, como os libaneses, ou os japoneses.

Daí porque podemos falar hoje em ítalo-brasileiro, ou teuto-brasileiro, ou nipo-brasileiro, para fixar três exemplos de outros processos de mestiçagem que se estão desenvolvendo de modo cada vez mais acentuado. São estes tipos — o do teuto-brasileiro, ou do nipo-brasileiro, por exemplo — variações regionais do tipo brasileiro, tal como o mulato ou o pardo, variações estas que representam os diferentes cruzamentos verificados, e ainda hoje verificando-se, na formação do homem brasileiro.

No quadro populacional brasileiro a importância do mestiço superou, em grande parte, a do próprio colonizador branco. Mestiço foi, e ainda é, o trabalhador rural, o agregado, o comboieiro, o carregador de açúcar, nas labutas de engenho nordestino; o jagadeiro, o barqueiro, o canoeiro, o remeiro, o embarcaçõ, nos serviços de transporte marítimo ou fluvial; o vaqueiro, o boiadeiro, o tangerino, o tropeiro, o peão, o sertanista, na penetração realizada pelo gado; o garimpeiro, o bateiro, o faiscador na mineração; o pescador, o trepador de coqueiro, o seringueiro, o aguadeiro, o curtidor, o ervateiro, em várias atividades ou ocupações indispensáveis à vida econômica do Brasil.

Branco, índio (que seria o amarelo) e negro, como também as expressões que identificam as mestiçagens resultantes (caboclo, mulato, pardo, etc.) são, em grande parte, designações de caráter popular, não rigorosamente científicas; constituem, todavia, a base, ou o ponto de partida, para a classificação dos tipos antropológicos do Brasil, o que se verifica desde os primeiros cronistas e até nossos dias. No caso do amarelo, a partir de 1940 se inclui também o elemento japonês e seus descendentes. Contudo, como observa Arthur Ramos, esta classificação é arbitrária, provocando dúvidas, especialmente pelas diferentes significações — sobretudo as de natureza regional — que são atribuídas a algumas das expressões respectivas. Trata-se, apesar dessa situação, de classificação historicamente consagrada, e conseqüentemente já utilizada, não só em censos demográficos, como igualmente em obras altamente meritórias de Antropologia no Brasil. Apesar das restrições que se lhes opõem, são expressões continuamente usadas. E, por isso mesmo, não só pela consagração geral, mais ainda pela aceitação por cien-

tistas, devem ser conservadas até que possamos ter designações capazes de exprimir a verdadeira realidade, com o apoio dos cientistas.

Excetuados os indígenas ainda não em relações com outros grupos, não teríamos no Brasil em condição de pureza racial, ou de côr, nenhum daqueles grupos iniciais. Já em 1933, Roquette Pinto afirmava ser quase certo não existir, naquela data, *negros puros* no Brasil, a não ser os centenários vindos diretamente, e seus raros descendentes. Se isto foi dito há quase quarenta anos passados, muito menos seria provável os haver hoje.

O mesmo poderia dizer-se do branco. Embora existindo a contínua presença do português imigrado, bem como de outros grupos, de ascendência branca, nem de longe seria admissível aceitar como *brancos puros* êsses imigrantes, pois sabemos quanto foi intenso, no decorrer dos séculos, o relacionamento entre diferentes grupos na Europa.

No Brasil, temos de convir que a mestiçagem alargou bastante o quadro demográfico brasileiro, no que se relaciona ao tipo físico ou, de modo mais particular, à côr. Não há mais um puro, substancialmente puro. Torna-se difícil a cada um dizer se é branco, ou amarelo, ou negro; ou, finalmente pardo, considerado êste como a síntese da mestiçagem brasileira, tal como antevia Euclides da Cunha.

De outra parte, no caso brasileiro, verificou-se que muitas vêzes a expressão étnica tomou um sentido social ou cultural. O caso do *cabra*, de início considerado um mestiço oriundo do cruzamento entre descendentes dos primeiros mestiços, e hoje denominação genérica, independente da côr, dada ao trabalhador rural. O caso do *cabra de engenho*, ou do *cabra do eito*; expressão, aliás, que se alongou a uma atividade, tal a do *cabra do coronel*. Há inclusive a expressão: *cabra bom no rifle*. Outra expressão é *caboclo*, também considerado étnicamente mestiço de mameluco e branco, no cruzamento secundário, mas atualmente expressão usada para distinguir pessoas que trabalham no campo, ou que vivem nos meios rurais ou interioranos menos progressistas. É o caso da canção *Casa de Caboclo*, tão popularizada. Pode-se dizer, aliás, que no caso do Brasil não raro é mais importante o significado social que o puramente racial ou étnico. Aquêle se tornou muito mais significativo, até mesmo em maneiras de expressar-se como tratamento carinhoso. Ou seja, o uso de palavras, originariamente étnicas ou raciais, com significado puramente social. Isto se torna muito comum.

É difícil realmente fixar um conceito de côr, definitivo, indiscutível, na população brasileira. Somos, antes de tudo, uma população mestiça, como de resto, — é claro que alguns talvez em muito menores proporções — todos os povos do mundo de hoje o são. Nenhum país pode apresentar-se como puro, do ponto de vista genérico. Conseqüentemente, tal circunstância se reflete na caracteri-

zação da côr, ou melhor, como cada pessoa se identifica em relação à própria pele. Somos uma população mestiça, justamente porque desde o descobrimento se verificaram no Brasil todos os contactos possíveis e variados entre grupos diferentes.

A mestiçagem brasileira ainda não se concluiu; não possuímos um tipo étnico — e já Roquette Pinto considerava *anticientífico* e *ocioso* pretender existisse, no Brasil, um *tipo* antropológico, o que Gilberto Freyre também aceita — nem mesmo um número definido de tipos étnicos que representem certa variedade de côr capaz de expressar, quando menos, as características da mestiçagem em cada região brasileira. É evidente que, face às constantes relações entre grupos secundários, sendo hoje menos importante — porque raro ou inexistente — no Brasil o relacionamento entre representantes autênticos dos grupos originais (caucasóide, mongolóide, negroíde), temos vários tipos característicos, cuja tendência mais constante se dirige para a presença maior de uma côr morena. A morenidade — ao que parece, pelo menos no momento — é o que mais caracteriza a tendência para um tipo brasileiro. O que não exclui — deixemos logo bem claro — a presença de suas notáveis variantes, próximas ou ligadas ao branco, ao amarelo, ao negro, ou ao pardo, expressão, esta última, que, segundo Arthur Ramos, caracteriza os diferentes tipos de mestiços, em cujos cruzamentos não se pode determinar ou distinguir os tipos formadores.

Somos assim, — e demos graças a Deus — produto de mestiçagem oriunda dos grupos étnicos diversos que vieram inicialmente da Europa e da África para encontrar aqui os nativos, os donos da terra, trazidos de outro Continente através de migrações longínquas e distantes. Índios, negros africanos e portugueses aqui se encontraram para os braços amorosos de que haveriam de surgir as nossas populações. Leiam-se as cartas jesuíticas; lá contam os padres, e entre êles o saboroso Fernão Cardim, que colonos, padres, índios dançavam e cantavam juntos nas festas religiosas, ao som do berimbau do irmão Barnabé. Leiam-se as crônicas de viajantes ou autores leigos, e lá êles falam dessa convivência fraterna entre os distintos grupos.

Outro depoimento, também interessante, para testemunhar o relacionamento entre diferentes grupos, numa convivência festiva e alegre, se encontra, por exemplo, em Nuno Marques Pereira. É depoimento sôbre outra região: a da mineração. A de Cardim foi quase tôda referente ao litoral, pois nos fins do século XVI ainda não havia penetração mais avançada para os sertões. No *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* são abundantes as informações sôbre festas e reuniões, sôbre a convivência entre os diferentes grupos. Principalmente nas festas religiosas, nas procissões, quase sempre enriquecidas de presenças profanas como a de mascarados ou a de corporações de ofícios. Estas eram grupos profissionais —

ourives, marceneiros, sapateiros, carpinteiros, etc. — cada um tendo seu estandarte, sua farda, sua música própria; e com estas características participavam das festividades religiosas, sobretudo das procissões, nas quais tocavam sua marcha ou canção, que as identificava.

Outros depoimentos, ainda no século XVIII e por todo o século XIX, testemunham as características destas atividades, delas participando gente de tôdas as côres, independente de sua origem racial, mas com sua posição social definida. Isto é, realmente, o que valia.

Distinguiam-se, por isto mesmo, embora até certo ponto, os negros africanos. Não, porém, por serem negros ou africanos, mas por serem escravos, como também se tornavam escravos os brasileiros, seus filhos, aqui nascidos, os nossos crioulos. A discriminação social se fazia, e era natural numa sociedade que se estruturava sob as regras rigorosas da sociedade portuguesa do Quinhentos, entre as classes sociais, inferiorizada que era a dos escravos, e superiorizada — pelo menos considerando-se superior — a dos senhores de terras, dos colonos, dos administradores. A escravidão discriminava a posição social, mas não a raça. E tanto é certo que mesmo o escravo encontrou, no Brasil, condições de trabalho mais humano que em outras partes da América Latina, ou de outras Américas. De modo que não distinguia a côr, mas a posição social.

Vale a pena recordar aqui aquela cena narrada por Koster, e já várias vezes repetida, a respeito dêsse relacionamento entre a côr e a posição social. Narra o viajante inglês que conversando certa vez com um homem de côr, que estava a seu serviço, perguntou se certo Capitão-mor era mulato. Ao que, apressadamente, a pessoa respondeu: “Era, porém já não é”. Como Koster, estranhando a resposta, pediu explicações, estas não tardaram, pois explicou a pessoa: “Pois, Senhor, um Capitão-mor pode ser mulato?”.

Este episódio comprova que a distinção se faz socialmente, e não pela côr da pele; um mulato poderia ser Capitão-mor, com o que deixaria de ser mulato, e tornava-se branco. Branco, portanto, no sentido de posição elevada, que é significado geralmente dado, na linguagem popular, a pessoas de classes altas. O que mesmo corresponde ao ditado tão comum de “em briga de branco não me meto”. No próprio Koster, — isto na primeira metade do século XIX, em pleno regime da escravidão — em duas outras oportunidades, há registros que comprovam a inexistência de discriminação puramente racial.

Uma é quando o viajante inglês registra que em Pernambuco muitos dos poderosos agricultores e ricos moradores urbanos são homens de côr. Tratava-se, no caso, dos aristocratas dos canaviais ou do comércio pernambucano, a elite da época, social e economicamente considerada. Outra é quando observa que os casamen-

tos entre brancos e mulheres de côr não são raros. Embora — acrescenta êle — causem murmuração quando sucedem, mas não existe intenção de diminuir o nubente. Tais fatos, que Koster observou no Nordeste, decerto, poderiam igualmente ser registrados em outras regiões do País.

Na realidade, poderíamos dizer, numa interpretação ainda não devidamente comprovada, mas antes como sugestão para estudos futuros, que foi esta quase rígida estrutura de classes que impediu a formação de preconceitos racial, ou a discriminação de grupos de côr. Com as classes definidas, cada uma em seu lugar, não se criou competição nem concorrência. Se os escravos, na escala mais baixa, ou os índios, em sua incapacidade cultural, não tinham condições para uma ascensão em bloco ou em grupo, não haveria porque as classes altas, formadas de brancos e mais tarde de mestiços, criassem discriminação de raça ou de côr ou de origem étnica.

A estrutura social que se estabeleceu, de classes, mas não de castas, criou ela própria as barreiras que impediriam a discriminação racial. Não houve, nas diversas classes sociais, sentimentos de desconfiança, de ódio ou de ressentimentos; nem se criaram recordações amargas ou rancôres entre os grupos étnicos de côr diferente. Nem seria isto rigorosamente possível se as próprias classes altas também eram, em grande parte, mestiçadas.

Populações mestiças que surgiam desde os primeiros encontros, era natural que não alimentassem preconceitos. A começar pela própria mestiçagem. Se preconceitos houvesse contra o elemento de côr, o colono branco não teria sido o procriador fecundo que foi de mulatos e mamelucos; filhos destas uniões ilícitas são os primeiros brasileiros, fecundados na mestiçagem dos casamentos irregulares contra os quais bradavam os padres da Companhia de Jesus a começar por Nóbrega. Como poderiam êles insurgir-se contra seus criadores se participavam da mesma sociedade, da mesma vida comunitária, das mesmas técnicas de trabalho, das mesmas angústias na luta contra o ambiente, das mesmas alegrias nas festas religiosas e profanas

Seria mentirmos a nós mesmos, negarmos o que efetivamente somos, se dissermos não existir no Brasil formas de preconceito ou de discriminação; elas existem — e me repito a êste respeito — mas de fundo social, bem clara como distinção entre classes sociais, mas não entre pessoas de côr.

O futebol, por exemplo, nos mostra a capacidade brasileira de democratização social. Todos sabem que o futebol no Brasil foi importado da Inglaterra; os que primeiro jogaram bola no Brasil eram banqueiros, bancários, funcionários categorizados, todos do melhor nível social. Foi isto nos fins do século passado, começos do atual. Ainda pela década de 20 os jogadores — e o futebol era então

de amadores — eram recrutados nas melhores famílias; e de famílias distintas, que hoje chamaríamos as famílias bem, eram formados os torcedores, os associados, os participantes do desporto. A evolução, no sentido da democratização do futebol — a democratização racial também — não se fez sentir.

E hoje quando o futebol se desenvolveu tornando-se um jôgo, e não apenas uma glória, nacional, fácil é observar a mistura de côr na organização dos times. Homêns de côr escura ou de côr clara, brasileiros de origem tradicional como brasileiros de origem imigrantista mais recente, se incluem nos mesmos times, sem discrepâncias nem prevenções. Todos êles são empregados do clube; e aí é que começa a distinção, consequentemente uma distinção de caráter social. Se são empregados, como tal, sejam brancos, mulatos ou negros, não participam das festas sociais, estas para sócios que estão justamente glorificando a vitória que aquêles homens de variada côr deram ao seu clube.

O, sem dúvida, lamentável é que nessa democratização racial e social que o futebol realizou, aproximando a população brasileira, sem distinções — aspecto bem característico da unidade pela diversidade: unidade de camadas sociais as mais diferentes pela diversidade da participação em vários clubes — se tenha tornado um fator de escravização do homem. O jogador não é apenas um empregado do clube, mas se torna propriedade dêle; pode ser negociado inclusive à sua revelia. Resultado, ao que parece, da profissionalização, fazendo com que o jogador se tornasse em situação igual à do escravo antes do 13 de maio.

E como o futebol, outros vários traços poderíamos encontrar, todos êles expressivos de que somos, os brasileiros, um povo sem espírito de discriminação racial. Ao contrário: temos a tendência da aproximação, da coexistência, da convivência. Temos o espírito básicamente cristão de igualdade porque não distinguimos entre gregos e judeus. Aqui se encontraram representantes já por si mestiços dos três grandes estoques raciais — o branco, o amarelo, o negro; e os mestiços daí oriundos acolheram, a partir do século XIX, grupos europeus ou europeizados que, trazidos pela imigração, aqui vieram colaborar conosco nesta obra de mestiçagem e de transculturação. Não distinguimos alemães, italianos, poloneses, russos, sírios, libaneses, japoneses, que conosco querem conviver; incorporamos todos êles à nossa formação, e tal como os mulatos, os mamelucos, os curibocas, os pardos, os cabras, os crioulos, também são bem brasileiros os teuto-brasileiros, os italo-brasileiros, os nipo-brasileiros. É o milagre da mestiçagem na terra mestiçamente formada, crescida e vivida.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR